

POLÍTICA

Projeto aumenta pena para maiores

A proposta duplica a pena de adultos envolvidos em crimes com menores

JULIANA ELIAS
SÃO PAULO

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, senador Paulo Paim (PT-RS), dará prioridade em reunião de amanhã para a votação de um projeto de lei que prevê a duplicação da pena para o maior que cometer um crime acompanhado de um menor. O projeto foi assinado pelo senador Aluizio Mercadante (PT-SP) em 2003, e já foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

“O adulto se esconde atrás do menor, coloca o menor para responder pelos crimes pois são punidos de formas mais brandas”, explica Paim. “Com esta lei, acaba a moleza. Se o menor for considerado culpado, é o adulto quem terá um aumento de pena”, continua o presidente da Comissão.

A polêmica sobre maioridade foi retomada na sociedade e no Congresso Nacional na quarta-feira passada, depois da morte do menino João Hélio Fernandes, de 6 anos, no Rio de Janeiro. O garoto foi arrastado por 7 quilômetros preso ao cinto do carro de sua mãe, roubado por cinco suspeitos, entre eles, um menor de 16 anos.

A proposta de Mercadante, retomada pela CDH, complementaria a discussão da redução da maioridade como mecanismos de combate à violência no País. “Não acho que seja a solução para todos os males”, diz Paim. “Defendo este projeto pois, ao mesmo tempo em que duplica a pena do maior, e faz com que ele pegue até 30 anos de prisão, pode levar os adultos a não envolver os menores em crimes”, complementa o presidente da Comissão.

Se for aprovado pela CDH, o projeto parte direto para a votação na Câmara dos Deputados. “Pedirei que a Câmara priorize com urgência a sua votação”, diz Paim.

A medida seria aplicável a ou-



Paulo Paim

tros crimes que também chocaram a sociedade por sua brutalidade, como o estupro e assassinato de Liana Friedenbach, de 16 anos, quando acampava com o namorado em 2003, ou a morte do casal Richthofen, comandada por sua filha, Suzane, em 2002. Ambos os casos contaram com a participação de um menor no grupo.

MAIORIDADE PENAL

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado discute hoje seis Propostas de Emendas Constitu-

Presidente Lula é contra a diminuição da maioridade penal e pede cautela aos parlamentares quanto a mudanças na lei

cionais (PEC) relativas à redução da maioridade penal - hoje em 18 anos -, e deve nomear um relator para todas elas no Senado. Na Câmara dos Deputados, um pacote de nove projetos relativos a segurança pú-

blica entram na pauta do dia, mas nenhum se refere à alteração da idade prevista na lei.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou ontem, em encontro com líderes dos 11 partidos da base governista, sua posição contrária à diminuição da idade a partir da qual o jovem passa a responder por seus crimes. “Não é reduzindo a maioridade penal que se vai reduzir a violência”, defende Lula, que pede cautela aos parlamentares na avaliação de propostas de alteração da lei.

O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, sugeriu a revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente durante a 18ª Plenária do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, como forma de “contribuir com a diminuição da criminalidade no Estado”, disse.

Já Sebastião Luis Amorim, Presidente da Associação Paulista dos Magistrados (APAMAGIS), apoia a corrente que defende que a idade caia de 18 para 16 anos. “Um adolescente dessa idade já sabe o que faz”, diz Amorim. “A morte desse menino foi chocante. A sociedade está exigindo a diminuição da maioridade”, avalia o presidente da APAMAGIS.